

Greve e Funaro dominam debates na Constituinte

A greve dos bancários, a agressão física aos constituintes em Brasília e a visita do ministro Dilson Funaro ao PMDB, ontem pela manhã, foram os principais pontos de discussão e crítica no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. O deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) chegou a apresentar Projeto de Decisão vedando qualquer medida das autoridades constituídas para reprimir movimentos reivindicatórios das classes trabalhadoras, até que seja promulgada a nova Constituição.

O deputado Eduardo Bonfim (PMDB-AL) reivindicou a imediata definição, pela Constituinte, do papel das Forças Armadas, para evitar o seu ressurgimento no cenário político do País. «Os militares continuam, de forma crescente a atuar no cenário nacional, como se viu durante a intervenção nas greves de marítimos e petroleiros e através de recentes discursos dos militares da ativa.

Já o deputado Gerson Péres (PDS-PA) defendeu que as atividades das Forças Armadas sejam obrigatoriamente respaldadas pelo Congresso Nacional.



O documento apresentado pelo ministro Dilson Funaro ao PMDB, ontem, no auditório Petrônio Portela, levou o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, a classificar a proposta do governo de não pagamento dos juros da dívida externa de uma moratória falsificada:

«Pelo documento, descobrimos que dos 38 bilhões de dólares enviados pelo Brasil, no ano passado, 34 bilhões correspondiam a juros. Depois de mostrar dados inequívocos de que estamos sendo saqueados, vem o ministro da Fazenda com uma proposta de reestruturar a dívida, o que demonstra que a moratória proposta é uma moratória falsificada».

Ele acusou ainda o ministro da Fazenda de ser o maior obstáculo a um acordo entre a administração e os funcionários em greve da Caixa Econômica Federal.

Também o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) atribuiu à intransigência de Funaro o prolongamento da greve dos economistas e apelou às lideranças do PMDB que forçassem a apresentação de uma contraproposta do governo às suas reivindicações.

Programas no rádio e TV são adiados

Prevista para anteontem, a estréia da série de programas sobre a Assembleia Nacional Constituinte na TV e no rádio foi novamente adiada, e só deverá ocorrer na terça-feira, quando serão escolhidos os presidentes e relatores das subcomissões. Isso porque antes das comissões começarem a funcionar não tem sentido transmitir os programas, conforme explicou Alfredo Obliziner, diretor da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara dos Deputados (Adirp).

A Adirp é responsável pela elaboração dos programas, ao lado da Radiobrás — encarregada dos blocos de notícias para a televisão — e da EBN, que cuidará dos programas para as rádios. Os nomes já estão escolhidos: "Diário da Constituinte, na TV", e "A Voz da Constituinte", no rádio.

As emissoras de rádio apresen-

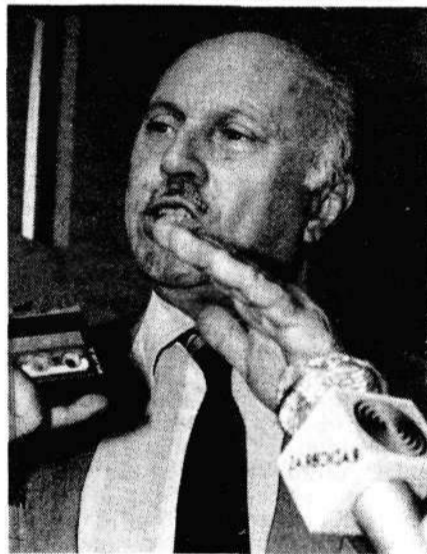
tarão os programas, cuja veiculação será diária e obrigatória, entre 7 e 9 horas, pela manhã, e entre as 12 e 14 horas. De manhã, o programa será praticamente uma repetição do dia anterior, à tarde serão apresentados os trabalhos das comissões e, à noite, meia hora da "Voz do Brasil" mostrará as atividades do plenário.

As televisões terão que apresentar os blocos de notícias entre as 12 e 14 horas (espaço para as comissões) e entre 19 e 23 horas (mostrando atividades do plenário). As emissoras estão procurando adaptar as transmissões de acordo com as suas programações e resolveram não padronizar o horário de apresentação. A TV Globo, por exemplo, já decidiu que mostrará o programa da tarde às 12h20, deixando a transmissão noturna para às 19h55, minutos antes do "Jornal Nacional". Na TV Bandeirantes, os blocos, de cinco minutos, serão transmitidos às 13 e às 19 horas.

Constituintes temem recessão no Nordeste

A redução das taxas de juros para o crédito rural aos pequenos produtores de alimentos, a obtenção de recursos para a interligação da Eletrobrás com a Chesf, que fornece energia para o Nordeste, a mudança na atual política de incentivos fiscais para micro e pequenas empresas e mais recursos para o Banco do Nordeste são os principais pontos da pauta de reivindicações que a bancada do Nordeste na Constituinte levará ao presidente Sarney em audiência com data a ser fixada.

O deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), um dos integrantes do grupo de 21 parlamentares envolvidos na elaboração do documento, disse que a sua redação final deverá ser aprovada no dia oito, em reunião com todas as bancadas dos estados nordestinos, mas adiantou que uma das principais reivindicações ao presidente Sarney é um encontro, marcado para quatro de maio, em Campina Grande (PB), entre os parlamentares e os ministros da Fazenda, Planejamento, Interior, Agricultura e Irrigação: "O Nordeste, como é o elo mais fraco na cadeia de nossas regiões, é o primeiro a se partir, quando a recessão toma conta do País, como acontece agora. Por isso, é imprescindível a realização desse encontro".



Lima Filho tem reivindicações

Eles pretendem, na audiência com o presidente Sarney, ler o documento de reivindicações no ato da entrega e pedir a designação dos ministros para o encontro em Campina Grande. Além disso, pretendem atuar junto aos ministérios, numa espécie de vigília permanente, para acompanhar qualquer medida que envolva a região.

Teixeira coordenará bancada do PMDB-RJ

O novo coordenador da bancada do PMDB do Rio de Janeiro na Câmara deverá ser o deputado Aloísio Teixeira. Para que isto ocorra, está sendo articulada a transferência do atual coordenador, Paulo Ramos, para a vice-liderança do partido na Assembleia Constituinte, além da indicação do deputado Flávio Palmier para o cargo de vice-líder da Câmara.

A troca de posições entre os deputados surgiu de um acordo celebrado anteontem durante um encontro da bancada, e só aguarda a aprovação dos líderes do PMDB na Constituinte, Mário Covas, e na Câmara, Luís Henrique, para ser fechado durante uma nova reunião da bancada, marcada para a terça-feira que vem.

Moreira quer ver na coordenação da bancada um deputado com quem tenha mais afinidade, como Aloísio Teixeira, para poder exercer influência sobre as posições dos parlamentares do Rio de Janeiro nos debates da Constituinte. Ele primeiro pediu a Ramos que o consultasse quando este falasse pela bancada, mas não teve sucesso. A partir daí, investiu na sua substituição.

Na noite de quarta-feira, o representante do governo fluminense em Brasília, José Colagrossi, reuniu em seu escritório nove deputados — dos 13 da bancada — para elaborar

um documento solicitando a saída de Ramos, que na Convenção Regional do PMDB, no ano passado, defendeu a candidatura do senador Nelson Carneiro ao governo do Estado.

Teve sucesso parcial, seis deles — Messias Soares, Jorge Leite, Denisar Arneiro, Daso Coimbra, Aloísio Teixeira e Flávio Palmier — aceitaram assinar o documento. Mas os deputados Gustavo de Faria, Ronaldo Cesar Coelho e Ana Maria Rattes — mulher do secretário Paulo Rattes — preferiram não participar do movimento.

Sem maioria, a solução para os dois lados foi negociar. Apesar de demorada, a conversa ficou mais fácil com a concordância de Ramos em trocar a coordenação pela vice-liderança na Constituinte. Acusando Moreira de promover uma "política de mão dupla", através da qual o governador só premia com nomeações os deputados que ceitam sua liderança, ele acredita que fez uma boa troca.

"Não administrar esse conflito de negociar a consciência por alguns cargos", diz Ramos. "Prefiro deixar a coordenação a ter de submeter as nossas posições a alguém que nem pertence à bancada, pois a Assembleia Constituinte tem uma dimensão muito superior à do governo do Estado do Rio de Janeiro".